

Ulysses costura sua bandeira, a Constituição

Carlos Alberto Sardenberg

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, foi atingido recentemente por pelo menos dois petardos de efeitos poderosos. O primeiro: pesquisas de opinião mostraram que o ex-Senhor Diretas, o personagem do mote que se ouvia por toda parte — “um, dois, três, quatro, cinco, mil, Ulysses Guimarães presidente do Brasil” —, apresentava índices de rejeição de mais de 50%. Numa avaliação de possíveis candidatos a presidente, mais da metade dos eleitores dizia que não votaria em Ulysses. É um *exocet*. O segundo petardo foi a criação do partido dos *tucanos*, uma dissidência do PMDB pelo seu lado progressista. Grave, porque o segredo do PMDB sempre foi o de manter a aliança do centro para a esquerda, o que garantia ao partido uma posição majoritária junto ao eleitorado mais conservador deste interior afora e uma marca progressista que fazia os votos nas grandes concentrações urbanas. Amputado desse seu braço esquerdo, um PMDB de centro não ganha.

Os dois fatos devem estar ligados. Os *tucanos* do Partido da Social Democracia Brasileira saíram do PMDB, entre outras razões, porque Ulysses se recusava a levar o velho partido a uma oposição frontal ao presidente José Sarney e seu esquema de sustentação. Os índices de rejeição a Ulysses parecem resultar menos dos desgastados trabalhos da Constituinte e mais da vinculação estreita que o eleitorado faz entre o presidente do PMDB e a Nova República de Sarney, esta hoje uma fonte segura de desprestígio.

Atingido assim, o que fez o deputado Ulysses Guimarães? Nada. Continuou tocando o serviço a que se dedica nos últimos meses: apressar as votações dos constituintes. Parece que ele se desinteressa de todo o resto, como se sua última missão pública fosse entregar a nova Constituição. Mas só parece. Na verdade, Ulysses não se sente abatido por aquelas duas bombas. Não que sejam inofensivas, mas o deputado acredita que seus efeitos poderão desaparecer ao longo do tempo. É como se as bombas ainda estivessem para explodir, de modo que ele, Ulysses, pudesse vir a escapar da linha de tiro. O deputado não só prepara essa estratégia, como afia suas armas secretamente.

Na prática política, o fato mais importante é sempre o mais próximo. Essa é uma regra de ouro, observada religiosamente pelos políticos de reconhecida competência, entre os quais sem dúvida se inclui Ulysses. E, para ele, no momento, o fato mais próximo é obviamente a elaboração da nova Constituição. Todo o resto torna-se secundário, inclusive sua própria candidatura à presidência, um assunto que somente se colocará concretamente após uma seqüência de eventos deste ano: a Constituição, sua aplicação, a convenção nacional do PMDB e as eleições municipais.

Trata-se da versão local do velho ditado chinês: a mais longa caminhada começa pelo primeiro passo. Um tropeção logo no primeiro passo é muito mais grave do que qualquer especulação em torno do fim da caminhada. Ulysses tem que sair bem do fato constituinte. Eis porque, abatido por pesquisas de opinião sobre candidatura presidencial, ele saiu falando da nova Constituição, “uma Constituição dos pobres, dos deserdados, dos miseráveis”. Uma Constituição, quis dizer, do PMDB progressista. Eis a sua estratégia, bem lida: pela Constituição, que apresentará como obra sua, Ulysses vai atrás da recomposição da imagem do PMDB e, com isso, dos votos nas futuras eleições.

É parte essencial dessa estratégia uma pequena e secreta comissão que Ulysses formou com alguns colaboradores muito

próximos e que se dedica desde já a uma análise da Constituição quase pronta. Não uma análise qualquer, mas uma comparação, ponto por ponto, do texto da Constituição com alguns dos mais importantes documentos da história do PMDB, entre os quais o “esperança e mudança” e o manifesto e programa do partido, escritos por alguns dos mais ilustres fundadores dos *tucanos*, então fundadores do PMDB. O centro, como se sabe, nunca se interessa pela elaboração de documentos doutrinários, porque os considera quase inúteis e porque gosta de manter uma certa ambigüidade que facilita as variações da prática.

Alguns membros dessa comissão, como o advogado trabalhista de Brasília, Ulysses Riedel, e o secretário-geral do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, já levaram boas notícias a Ulysses. O primeiro mostrou que existe grandes semelhanças entre as propostas do PMDB e capítulos da Constituição na área dos direitos sociais e trabalhistas — uma boa bandeira progressista. No mesmo lado do espectro político, Luciano Coutinho tem observado semelhanças igualmente próximas nos textos de ciência, tecnologia e políticas de apoio ao desenvolvimento.

Se até agora o doutor Ulysses tem mantido a posição de árbitro, sempre abstendo-se de votar na Constituinte, parece não haver dúvida de que, pronto o texto, ele o assumirá como seu e o carregará para os palanques. Como a Constituição vai saindo melhor do que esperava a maioria das pessoas e como a maior parte dos artigos passou por consenso, com avanços em diversos pontos, é muito possível que Ulysses tenha de novo uma boa bandeira nas mãos. Especialmente para buscar votos onde os *tucanos* vão fazer seu garimpo, já que o *centrão* de qualquer modo fica no PMDB de Ulysses e, em épocas eleitorais, até gosta de retóricas progressistas e de dura oposição.

Assim, na seqüência dos fatos mais próximos, Ulysses vai garantir a sua Constituição. Em seguida, com ela de bandeira, vai tentar, na convenção nacional do PMDB, segurar a esquerda que ainda não *tucanou*. Só depois vêm os palanques das eleições municipais, especialmente nos grandes centros urbanos. E só então começará a aparecer no horizonte imediato a eleição presidencial.

Vai dar certo?

Quem sabe, mas o fato é que o doutor Ulysses está na luta e seu roteiro é nítido. Colocou a Constituinte como prioridade e tratou de tirar da frente tudo que pudesse desviar das votações. Convenceu-se de que a transição passa pelo governo do presidente José Sarney e que, portanto, é preciso criar condições para que ele conclua seu mandato sem maiores percalços. Não é nenhuma adesão entusiasmada a Sarney, mas o entendimento frio de que é preciso deixá-lo ir até o fim.

Mais difícil será passar isso a eleitores já fartos das confusões da Nova República. Mas quando chegar a época das eleições presidenciais, as pessoas estarão mais preocupadas com o futuro e não vai fazer muita diferença ser oposição a Sarney, porque quase todos os candidatos o serão. Ulysses poderá então, Constituição em punho, mostrar mais uma vez sua capacidade de renovar-se a cada eleição. Se vai ganhar ou não, é uma especulação vazia no momento. O que vale é o primeiro passo da caminhada e o recentíssimo bom humor de Ulysses sugere que ele acredita estar dando um longo e seguro passo na Constituinte.

Atenção, portanto, *tucanos* e demais adversários. O homem ainda tem munição.

Carlos Alberto Sardenberg é repórter da sucursal de São Paulo do JORNAL DO BRASIL

Multinacionais, auditores e a Constituinte

Antoninho Marmo Trevisan

Nada mais justo! Vender ao governo. Não importa se nacional ou multinacional todos têm o mesmo direito. O que valem nesse caso são a qualidade e o preço do produto ou do serviço. Afinal é o que está escrito na cartilha da livre iniciativa e do regime capitalista. Concorrer! E que vença o melhor!

Foi com manchetes do tipo “multinacional também quer vender ao governo”, que os jornais de domingo apresentavam a matéria enfocando o encontro de empresários de multinacionais com o dr. Ulysses Guimarães, para convencê-lo da necessidade de alterar o texto da Constituição que privilegia a empresa nacional.

Afinal a nossa poupança não é suficiente para gerar 1 milhão e meio de novos empregos todos os anos e a troca de conhecimentos no mercado global e certamente básico ao desenvolvimento econômico de qualquer país. Mas é preciso refletir sobre o porquê dessa aversão ao capital estrangeiro. Se isso é bom para o Brasil como é possível não desejá-lo? Seria um erro de marketing ou são as multinacionais danosas às sociedades onde se instalam? Fico com o erro de marketing, até porque, reafirmo, o capital estrangeiro é necessário ao Brasil. E abordo dois pontos onde as multinacionais pisaram na bola.

O primeiro está ligado ao negócio do qual faço parte: auditoria. E que, curiosamente, as multinacionais aqui instaladas só contratam auditores multinacionais, mantendo uma reserva de mercado distribuída entre as oito empresas de auditoria que dominam o mercado mundial. Certamente que com essa atitude não contribuem para a sua integração com a comunidade local, da mesma forma que esperam que se dê o movimento contrário. E não me venham dizer que é por causa das regras e dos princípios contábeis que são praticados em seus países de origem. No Brasil, atualmente, e graças a elas mesmas, há empresas locais de auditoria em condições de examinar a empresa multinacional e fornecer um parecer dentro de padrões americanos, japoneses ou europeus. Faça uma sugestão: convidem empresas de auditoria nacionais para lhes apresentar uma proposta de prestação de serviços e confirmem o que estou dizendo. Abram seus livros contábeis a empresas locais de

auditoria! Vocês ficarão surpresos ao constatarem que os auditores tupiniquins estão capacitados a executar este tipo de trabalho e mais: eles entendem da cultura do seu país como ninguém. Acreditem!

Dar provas de integração com a comunidade do país onde operam e também não fazer exigências estapafúrdias quando da assinatura de acordos comerciais internacionais, como, por exemplo, exigia que somente auditores multinacionais possam examinar contas de empresas que recebem recursos de órgãos financeiros multinacionais e coisas semelhantes. Não é nem um pouco diplomático!

E a recíproca não é verdadeira, porque é muito comum órgãos públicos brasileiros, estatais e empresas nacionais do setor privado contratarem auditorias multinacionais, sem qualquer preconceito. Tomam, aí sim, as empresas brasileiras, decisão acertada em alguns casos, pois se estão indo para um outro país, que busquem uma auditoria que proporcione uma participação maior naquela comunidade. Afinal, não é apenas com patrocínio de “eventos culturais nacionais” que a multinacional obtém a sua integração na comunidade. O segundo ponto para o qual convindo as multinacionais a fazerem uma reflexão está ligado à *glasnost* dos seus balanços. Por que não publicar suas demonstrações financeiras em jornais brasileiros? Não o fazem atualmente porque a grande maioria optou pela forma jurídica de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e estão desobrigadas por lei. Nada contra, e existem até mesmo razões de ordem societária e tributária recomendáveis em certos casos. Mas não estarem obrigadas porque somente a S.A. e outras espécies societárias o estão, não deveria impedi-las de assumirem essa prática!

Afinal, estamos todos defendendo a transparência — de tudo — e o fato de uma empresa multinacional manter suas contas em segredo ou alimentar uma reserva de mercado, leva a situações como esta, de estarem, agora, tendo que provar aos constituintes que fazem jus aos mesmos direitos que as empresas nacionais detêm.

É preciso, contudo, reverter o quadro e estabelecer um relacionamento mais inteligente, realista e útil ao país. Mas de ambos os lados!

Antoninho Marmo Trevisan é auditor consultor de empresas, presidente da Trevisan Associados

JORNAL DO BRASIL

ANC 5
P
J
O